

RECURSO ESPECIAL Nº 1.836.419 - RS (2019/0265432-2)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
RECORRENTE : UNIÃO
RECORRIDO : MAURICIO SOARES BONINI
ADVOGADO : AIRTO TEIXEIRA VEIGA CASTRO DOS SANTOS - RS088461

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto pela União, com amparo na alínea "a" do inciso III do art. 105 da CF/1988, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região assim ementado:

DIREITO ADMINISTRATIVO. MULTA DE TRÂNSITO. CONDUÇÃO DE VEÍCULO SOB A INFLUÊNCIA DE ÁLCOOL. CTB, ART. 165. PROVA DO ESTADO DE EMBRIAGUEZ.

A autuação do condutor por dirigir sob a influência de álcool, com base no art. 165 do CTB, requer prova da embriaguez, que pode consistir no teste do etilômetro, em exame laboratorial ou clínico, ou no registro de sinais indicativos de embriaguez apresentados pelo condutor por ocasião da autuação, efetuado pelo agente de trânsito no próprio auto de infração ou em termo específico, na forma disciplinada em resolução pelo CONTRAN. A simples recusa da sujeição ao etilômetro não é suficiente para configurar a embriaguez ao volante, e não serve para fundamentar a autuação com base no art. 165 do CTB. (e-STJ, fl. 172)

Os embargos de declaração opostos pela União foram rejeitados.

A insurgente alega violação do art. 1.022 do CPC/2015 ao fundamento da existência de omissão no aresto em relação à tese de que:

em razão da recusa do apelante e à época da lavratura do auto de infração, não havia a exigência legal do uso de algum meio destinado a comprovar sinais de embriaguez do condutor, e tampouco a necessidade de observância das disposições da Resolução 432/2013 do CONTRAN, descrita no acórdão, face à previsão expressa do art. 277, § 3º, do CTB vigente quando dos fatos e específica para as situações em que sequer se faria possível a sujeição do condutor a um dos meios necessários à averiguação do estado de embriaguez. (e-STJ, fl. 225)

Aduz, também, ofensa ao art. 1º do Decreto n. 20.910/1932, sustentando a ocorrência da prescrição, pois a demanda somente foi proposta 6 (seis) anos após o cometimento da infração.

Alega desrespeito aos arts. 165 e 277, § 3º, do CTB, defendendo a legalidade da multa imposta, bem como da suspensão do direito de dirigir, além das medidas administrativas de retenção da habilitação e do veículo, em razão da recusa ao teste do bafômetro em fiscalização de trânsito.

Superior Tribunal de Justiça

As contrarrazões foram apresentadas às e-STJ, fls. 246-254.

É o relatório.

Verifico que o tema da legalidade da multa, pautado na assertiva de que o auto de infração em comento está fundamentado no § 3º do art. 277 do CTB, deixou de ser apreciado no acórdão ora questionado.

O Tribunal local, embora instado a manifestar-se por meio dos embargos de declaração opostos, não supriu a omissão.

Dessa forma, tendo a recorrente manejado o presente apelo por ofensa ao art. 1.022 do CPC, e diante da relevância da questão suscitada, entendo necessário o debate acerca de tal ponto.

No mesmo sentido:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. SUSPENSÃO DA PRESCRIÇÃO. TESE NÃO AVALIADA. OMISSÃO EXISTENTE. RETORNO DOS AUTOS. NECESSIDADE. SÚMULA 7/STJ. INAPLICABILIDADE.

1. Sem amparo a pretensão da agravante de que o recurso especial encontre óbice na Súmula 7/STJ, uma vez que seu provimento decorreu do acolhimento de afronta ao art. 535 do CPC, porquanto evidenciada deficiência na prestação jurisdicional por ausência de manifestação sobre questão relevante ao deslinde da controvérsia, qual seja, efeito suspensivo da prescrição em razão de processo administrativo.

2. Ora, justamente por estar vedado a esta Corte revolver o acervo fático-probatório do feito que se faz mister o retorno dos autos à instância de origem para a análise da questão relevante e omissa, porquanto somente ela é soberana na análise das circunstâncias fáticas e probatórias da causa.

Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 1.577.556/RS, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 3/3/2016, DJe 11/3/2016)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, V, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, I e III, do RISTJ, dou provimento ao recurso especial para anular o acórdão dos embargos de declaração, determinando o retorno dos autos à Corte de origem, a fim de que se manifeste, expressamente, a respeito do quanto alegado em declaratória.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator